

PINGA-FOGO

■ **EMPRESA É PUNIDA POR APRESENTAR MENOR PREÇO EM LICITAÇÃO DE CONSÓRCIO DAS CIDADES DA REGIÃO SERRANA** - Vai dar o que falar e chama atenção do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE) uma decisão do Setor de Compras, Licitações, Contratos e Convênios do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região Serrana – CIMSERRA que sumariamente desclassificou a LAND SERVIÇOS E ENGENHARIA LTDA, que ofereceu uma proposta de R\$ 299.000.000,00, 17,97% de desconto, e declarou vencedora a ASCHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA, com R\$ 300.000.000,00, 17,69%, ou seja, R\$ 1 milhão de reais mais cara.

■ A licitação era para a prestação de serviços terceirizados com mão de obra exclusiva, de forma complementar, atendendo as necessidades dos municípios que compõem o CIMSERRA. Realizada como Pregão Eletrônico nesta terça, 14, no portal blcompras.com, para 3.975 postos de trabalho e valor inicial estimado de R\$ 364.483.490,04.

■ **A alegação é que não era possível a alteração do valor indicado no Termo de Referência, conforme previsto nos itens 17.14 a 19.25. Sendo possível a alteração somente no percentual do BDI e nos uniformes. Foram estipuladas 2 horas para ajuste na planilha, porém, antes de findar o prazo estipulado, a LAND foi DESCLASSIFICADA de forma intempestiva.**

■ Especialistas informam que a decisão do setor de compras e licitação do consórcio cometeu um duplo erro: não havia impedimento real para os descontos oferecidos e nem respeitaram as duas horas para correção das planilhas.

■ **O caso tem tudo para ser judicializado e denunciado ao TCE-RJ pelo prejuízo aos cofres públicos.**

■ **JUSTIÇA SUSPENDE LICITAÇÃO MILIONÁRIA EM SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA APÓS DENÚNCIA DE DIRECIONAMENTO** - As denúncias de direcionamento na licitação de limpeza urbana em São Francisco de Itabapoana se confirmaram. Conforme antecipado em representações ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ), a empresa União Norte Fluminense foi declarada vencedora do certame. Pouco depois, a Justiça interveio e determinou a suspensão imediata da Concorrência Eletrônica nº 003/2025, frustrando a manobra que favorecia o grupo.

■ **A decisão da desembargadora Isabela Pessanha Chagas, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), acolheu o recurso de uma**



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

Rio de Janeiro puxa retomada do turismo no país

Antonio Florêncio de Queiroz, presidente da FecomércioRJ, pilotou a análise feita pelo Instituto Fecomércio de Pesquisas e Análises (IFec RJ), com base na Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do IBGE, de agosto de 2025, que mostrou que o Rio de Janeiro foi um dos principais responsáveis pelo crescimento da atividade turística no Brasil, que vinha colhendo resultados negativos havia três meses.

O índice no Rio variou 2,5% em relação a julho e 12,7% na comparação interanual. Com isso, o estado acumulou 12,6% em 2025 e de 11,6% nos últimos 12 meses.



Presidente da FecomércioRJ, Antonio Florêncio pilotou a análise divulgada

licitante prejudicada, que apontou ilegalidades e direcionamento explícito no edital publicado pela prefeita Yara Cinthia.

■ Entre os vícios confirmados pela Justiça estão: proibição de consórcios, medida já condenada pelo TCE por restringir a competitividade; inclusão arbitrária de serviço de trituração de RCC, exigência que só a União Norte consegue atender na região; falta de estudos técnicos confiáveis sobre os quantitativos estimados, abrindo margem para sobrepreço; cláusulas restritivas que ferem os princípios da isonomia e da ampla concorrência na Lei 14.133/2021.

■ **Segundo a magistrada, a manutenção da licitação causaria “prejuízo irreparável ou de difícil reparação à competitividade”, razão pela qual foi determinada a suspensão do certame e de qualquer contrato dele decorrente, até o julgamento final.**

■ **DENÚNCIAS CONFIRMADAS** - As denúncias já alertavam que, após suspender o primeiro edital, a prefeita Yara Cinthia republicou a licitação com valor 47% mais caro — saltando de R\$ 9,8 milhões para R\$ 14,4 milhões — e exigências feitas sob medida para a União Norte Fluminense.

■ **O caso confirma o padrão de atuação do grupo, já denunciado em Macaé e Quissamã por superfaturamento milionário, e em Conceição de Macabu (2025), onde o TCE também precisou intervir contra exigências ilegais. Além disso, pesa o histórico da família que controla a empresa: Marcos Andrade, irmão do atual administrador da União Norte, Rafael Andrade, foi delator na Operação Calicute, revelando o pagamento de propina a conselheiros do TCE-RJ.**

■ **FRAUDE BARRADA** - A decisão judicial impede que a fraude denun-

ciada se concretize, impondo um freio à tentativa de beneficiar uma empresa historicamente envolvida em escândalos de superfaturamento, corrupção e direcionamento.

■ **A suspensão do certame expõe a gestão da prefeita Yara Cinthia, que agora terá de responder por ter conduzido uma licitação que, segundo a Justiça, violava os princípios básicos da administração pública e comprometia milhões dos cofres municipais.**

■ **POR FALTA DE ORÇAMENTO PARA MANTER SERVIÇOS, INSS VAI PARAR** - Agências da Previdência Social e gerências-executivas em todo país, a central de Atendimento 135, além da Administração Central do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em Brasília, vão parar as atividades por falta de dinheiro para manter as unidades funcionando. Uma fonte informou ao Correio da Manhã que as atividades estão garantidas somente até o final desse mês e o funcionamento da Central de Atendimento 135, até novembro.

■ **Para manter a estrutura funcionando para prestar serviços à população seria necessário que o presidente do INSS, Gilberto Waller, solicitasse dotação orçamentária de R\$ 136 milhões para manutenção de unidades (Ação 21FT). A situação piora: o pagamento das perícias médicas realizadas por determinação judicial (Ação 2294) não estão sendo pagas desde maio. Para cumprir o que determina a lei, nesse caso, seriam necessários R\$ 55 milhões.**

■ “O INSS está jogado às traças, contratos parados significam falta de prestação do serviço. A administração não se preocupa com o dia a dia dos servidores e muito menos com a manutenção das unidades, o que afeta diretamente a população. Está mais preocupada com viagens e mídia, essa é a verdade”, diz outra fonte.

■ **VIAGENS - O montante desembolsado em gastos com passagem do presidente, chegam a R\$ 78.299,33. De maio a 7 de outubro Waller recebeu R\$ 18.384,71 em diárias, e o INSS gastou R\$ 59.914,62 em passagens. Os dados estão disponíveis no Portal da Transparência do governo federal.**

■ Nesse valor não estão contabilizados os gastos de diárias e passagens das pessoas que acompanham o presidente do INSS nas viagens. Se contabilizar a quantidade de pessoas que compõem a “comitiva presidencial” esse valor é muito maior.

■ **EXTERIOR - Se somadas as viagens canceladas do presidente, inclusive ao exterior, o valor de diárias chegaria a R\$ 33.522,87. De acordo com um documento que a reportagem teve acesso, as viagens começaram em 13 de maio, totalizando 25 registros. Entre eles uma viagem internacional que foi cancelada porque pegaria muito mal.**

■ Waller viajaria à Suíça para participar de um congresso da Associação Internacional da Seguridade Social, em Genebra, dos dias 21 a 26 de junho, segundo publicação no Diário Oficial da União (DOU). A viagem seria bancada com recursos públicos e ocorreria em meio à crise provocada pelo esquema de descontos não autorizados em benefícios de aposentados e pensionistas. Nessa viagem o presidente iria acompanhado de uma técnica do seguro social.

■ **VALOR DE DIÁRIAS - Conforme a planilha do governo federal, cargos de natureza especial, como o Cargo Comissionado Executivo (CCE) nível 18 – que é do presidente – para deslocamentos para Brasília, Manaus, Rio de Janeiro e São Paulo saem por R\$ 800 por dia. Para as demais capitais são pagos R\$ 700. Outros deslocamentos ficam R\$ 650 por dia.**

■ Lembrando que para outros CCEs (de 13 a 17 ou equivalentes) as diárias também são pagas, sendo os valores de R\$ 600 (Brasília, Manaus, Rio e São Paulo), R\$ 515 e R\$ 455, nos outros deslocamentos. Os demais cargos, empregos e funções do INSS também recebem diária caso precisem viajar, nesses casos são pagos R\$ 425, R\$ 380 e R\$ 335, conforme a localidade.

■ **“O presidente nunca viaja sozinho, leva várias pessoas com ele, principalmente o pessoal que trouxe da AGU (Advocacia-Geral da União), da CGU (Controladoria-Geral da União), e servidores do INSS”, aponta a fonte, que acrescenta: “Toda sexta ele vai pra São Paulo e volta na segunda, as diárias ele não recebe porque é final de semana, mas a passagem sai do erário público. Já tivemos um presidente interino que foi exonerado em 2023 (Glauco Wamburg) por causa de gasto exagerado de diárias e passagens. Na época dele era uma farra, todo gabinete viajava e recebia. Com esse agora está indo pelo mesmo caminho”.**

■ A fonte cita mais um problema além do INSS estar paralisado enquanto o presidente viaja com sua “comitiva” para cima e para baixo: “Na época em que era corregedor do INSS (de 2001 a 2004), o Waller chegava ao absurdo de ir ao estacionamento ver o carro dos servidores. Se achasse que o veículo era incompatível com a renda, mesmo que a pessoa tivesse financiado em mil vezes, era aberto um PAD (Processo Administrativo Disciplinar) ou ele ficava no pé. Essa perseguição continua com ele na presidência. Nós estamos sendo tratados como bandidos”, desabafa.

■ **APÓS PLEITO DA OAB-RJ, PORTINHO APRESENTA EMENDA CONTRA TAXAÇÃO** - Durante audiência com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre o Projeto de Lei 1.087/2025, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, na última terça-feira (14/10), o senador Carlos Portinho (PL-RJ) anunciou ter apresentado uma emenda para evitar nova taxaação para advogados e profissionais liberais, que pode chegar a 44%. A iniciativa foi motivada por um pedido da OAB-RJ. Na segunda-feira, a presidente da Seccional, Ana Tereza Basílio, esteve em Brasília e conversou com Portinho e outros senadores sobre os riscos de nova taxaação sobre dividendos prevista no projeto.

■ O PL trata da atualização da tabela do imposto de renda, mas também prevê a taxaação de lucros e dividendos. Na reforma tributária, a taxaação das sociedades de advogados já havia dobrado, passando de 15% para 33%. Agora, caso a nova regra de 10% sobre dividendos seja aprovada, advogados e demais profissionais liberais serão tributados em 44%.

Fernando Molica

As bancadas no STF

Radicalizada na Lava Jato, a politização do Supremo Tribunal Federal evoluiu para um processo de partidarização. Não se trata mais de um presidente nomear um ministro mais ou menos progressista ou conservador, mas, como na música de Roberto Carlos, escolher um amigo fiel, irmão camarada.

A influência da política no Judiciário faz parte do jogo, a partir da segunda instância, magistrados são escolhidos pelos governadores ou pelo presidente da República — seria ilusório pensar que não haveria influência de fatores menos jurídicos.

É até razoável que a preferência do eleitor por um presidente à esquerda ou à direita se reflita na composição de tribunais superiores, isso, em tese, espelha uma corrente maio-

ritária de opinião em um determinado momento histórico.

Entre a primeira posse do presidente Lula e até o impeachment de Dilma Rousseff, o STF recebeu uma leva de ministros mais identificados com o chamado pensamento progressista, ainda não fossem necessariamente de esquerda. O critério do notório saber jurídico ainda era tido como decisivo, mesmo que os candidatos à vaga precisassem se esforçar para conseguir a indicação e a aprovação pelo Senado.

A lista inclui Ayres Britto, Joaquim Barbosa, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Luís Roberto Barroso, Teori Zavascki e Luiz Fachin — a escolha deste chegou a ser questionada por suas supostas ligações com o MST. Nenhum deles pode ser apontado como militante de esquerda.

A situação começou a ficar mais complicada quando, relator do Mensalão, Barbosa, tido como simpatizante do PT, não poupou integrantes do partido. A história piorou durante a Lava Jato, quando o STF, embaldado pelas ruas, legitimou as pedaladas processuais da dupla Sérgio Moro e Delтан Dallagnol.

Foi quando Gilmar Mendes, advogado-geral da União no governo Fernando Herinque Cardoso, abriu as portas para o afastamento de Dilma ao, com base em suposições oriundas de uma gravação ilegal, defenestrar Lula da Casa Civil.

Escaldado, Michel Temer levou Alexandre de Moraes — seu amigo havia 20 anos — para a corte. Jair Bolsonaro veio em seguida e tratou de nomear dois ministros terrivelmente

bolsonaristas; na mesma linha, Lula entregou as togas mais valiosas da República para seu advogado e para um aliado. A fidelidade ao presidente virou o quesito principal para o cargo.

A partidarização das cadeiras levou a uma banalização da suprema corte brasileira, fez com que votos dos ministros ficassem previsíveis. Seria razoável esperar que ministros indicados por petistas tivessem visões mais progressistas sobre temas ligados ao comportamento: nos últimos anos, o STF tratou de temas que legitimaram conquistas sociais, como as relacionadas ao racismo e à homossexualidade. Da mesma forma que se poderia esperar posições mais conservadoras dos nomeados por Bolsonaro.

O problema é que essa tendência se espalhou também para questões mais

específicas, como no caso do julgamento dos responsáveis pela tentativa de golpe: os votos foram praticamente previsíveis, com a exceção de Luiz Fux, que mudou de posição. O fato de um ministro ser mais de esquerda ou de direita não deveria ser determinante para que ele avaliasse a existência ou não de um crime.

O roteiro deve ser mantido agora por Lula, o advogado-geral da União, Jorge Messias — o “Bessias”, protagonista da tal gravação ilegal de 2016 — deve ser indicado para a vaga de Barroso. Lula, que ficou preso graças a um processo que acabaria anulado, não quer arriscar: tende a sacramentar o processo que transformou o plenário do STF numa extensão do ministério comandado pelo presidente da República.